

notícias

forestis

associação florestal de portugal



entrevista

**Rui Barreiro, Secretário de Estado
das Florestas e Desenvolvimento Rural**

destaque

Ações de luta contra o Nemátodo

temas e opiniões

Floresta portuguesa, que caminho?

Seleção de Entidades

Consultoria e Formação à medida da sua Entidade e sem custos

A Forestis, enquanto entidade beneficiária do programa Formação-PME, vai abrir em 2009 novas candidaturas para este programa a entidades que pretendam beneficiar de apoios ao nível de formação e consultoria nas áreas de:

- **Gestão/Financeira**
- **Marketing**
- **Gestão de Recursos Humanos**
- **Âmbito Florestal**
- **Qualidade, Ambiente e HST**
- **Gestão Florestal Sustentável e Certificação**
- **TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)**
- **Gestão e Comunicação Institucional;**
- **Outros...**

As entidades beneficiam de:

- Diagnóstico estratégico
- Plano de desenvolvimento
- Implementação do plano com o apoio de consultores especialistas e formadores

Entidades destinatárias

- Organizações florestais filiadas na Forestis,
- Organizações florestais não filiadas na Forestis
- Empresas prestadoras de serviços
- Parceiros com intervenção no sector florestal

Para mais informação contactar Forestis através de:

Rua de Santa Catarina nº753, 4000 - 454 Porto | Telf: 222 073 130 | Fax: 222 073 139 | geral@forestis.pt | www.forestis.pt

Condições de participação:

- Presença no norte e centro do país
- Ter ao serviço menos de 100 trabalhadores
- Estar legalmente constituído
- Não ter dívidas à Segurança Social e às Finanças



Acção Co-financiada por:

Orientação e Supervisão:

editorial

02

entrevista

03

Rui Barreiro, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

breves

05

- União florestal europeia reuniu-se em Madrid
- Forestis promoveu encontro sobre o Nemátodo
- Sapadores florestais recebem formação
- Forestis oferece material de educação ambiental

destaque

06

- Acções de luta contra o Nemátodo

temas e opiniões

08

- Floresta Portuguesa, que caminho?

vida da forestis

10

- Nota positiva para a Formação PME-Forestis
- Forestis leva principais preocupações ao Ministro e Secretário

organizações e território

12

- Floresta de sucesso no Tâmega
- Conversa com Manuel Maria - Doze anos ligados à Aflodounorte
- Testemunho do produtor florestal e apicultor - Nuno Pinheiro
- Valorização da floresta da Encosta da Serra da Estrela

ficha técnica

15

- Ficha informativa do NMP n.º 2



ficha técnica

Nome: Notícias Forestis

Edição: Forestis - Associação Florestal de Portugal

Directora: Rosário Alves

Editor e Proprietário: Forestis - Associação Florestal de Portugal, Rua de Santa Catarina n.º 753, 4000-454 Porto. Telf: 222 073 130, Fax: 222 073 139, E-mail: geral@forestis.pt; Web: www.forestis.pt
NIF: 502 798 572

Administração: Francisco Carvalho Guerra

Design Gráfico: Opal Publicidade

Periodicidade: Trimestral

Impressão: Litografia Coimbra

Deposito Legal N.º: 307393/10

Tiragem: 6.000 ex.

Neste número colaboraram: Rui Barreiro, Francisco Carvalho Guerra, Francisco Silva, Jorge Cunha, Ricardo Marinho, Joana Bateira, Rosário Alves AFEDT, AFLDOUNORTE, AGUIARFLORESTA e URZE.

por Francisco Carvalho Guerra
Presidente da Direcção da Forestis

Os proprietários florestais estão cada vez mais activos e interessados na promoção do desenvolvimento florestal, em resultado do trabalho estruturado desenvolvido por muitas associações florestais pelo país inteiro.

Estas organizações são, na sua esmagadora maioria, lideradas por pessoas voluntárias que dão muito do seu esforço, sem qualquer remuneração, proporcionando um contributo precioso ao país através dos serviços de proximidade aos proprietários florestais, informando-os e guiando-os por caminhos que melhoram a eficiência do seu investimento e que conferem maior diversidade e sustentabilidade às suas florestas.

A actividade das associações florestais e a disponibilidade dos proprietários florestais, em geral, para exercerem uma gestão florestal mais activa constituem um processo de intervenção cívica que o país e os governos não podem desaproveitar.

A criação de zonas de intervenção florestal (ZIF) e a certificação da gestão florestal sustentável são disso bons exemplos. Ambos são processos voluntários de proprietários florestais e expressões reais do dinamismo do associativismo florestal.

Se, no primeiro caso, o enquadramento político e financeiro assegurado pelos últimos governos tem sido parte decisiva deste processo, apesar dos recorrentes atrasos, no que concerne à certificação são maioritariamente os recursos privados que têm impulsionado com sucesso as várias iniciativas de certificação da gestão florestal sustentável.

Sublinhe-se que os processos de certificação em curso vêm provar a capacidade operacional e de planeamento das associações florestais, que já lhes permite arrancar para projectos estruturantes, sem apoios públicos, de ordem financeira ou outra.

Contudo, realisticamente, os desafios e atrasos que temos nas diversas áreas da produção florestal, obrigam ainda a uma disponibilidade do Governo e em particular do ministério da



agricultura para assumir o apoio sólido e eficaz ao investimento dos proprietários e às suas estruturas associativas, sem se abster de criar mecanismos de avaliação, independentes e consequentes, que assegurem a qualidade e sustentabilidade do sistema.

É por isso, que recebemos com esperança o anúncio das prioridades da actual Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (SEFDR) focadas no cadastro e na certificação florestal, mencionadas na entrevista publicada nesta edição.

Estamos também convencidos que a SEFDR não deixará de apoiar aos mais diversos níveis, não só económico, os 519 000 hectares integrados em ZIF e que necessitam de acções concretas no terreno, entre outras, a florestação, o controlo de pragas e doenças e paralelamente o apoio às organizações de proprietários florestais essenciais para estruturarem estes trabalhos no território.

É portanto, essencial, um trabalho conjunto de parceria, em que a Forestis se inclui, que coloque o Fundo Florestal Permanente e o PRODER ao serviço das enormes potencialidades da floresta e do interesse do país.

Rui Barreiro em entrevista

Ministério aposta na certificação e no cadastro florestal



Em entrevista, o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Rui Barreiro considera o reforço do associativismo florestal uma prioridade do programa do actual Governo e afirma que dois dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do sector florestal são a certificação e a execução do cadastro florestal.

Quais são os principais objectivos que a Secretária de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural (SEFDR) pretende atingir durante este mandato?

Gostaria de sublinhar que a floresta é encarada pelo Governo como um recurso estratégico fundamental para o desenvolvimento económico do país. Os principais objectivos da actuação da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, neste mandato, inscrevem-se na melhoria da competitividade do sector florestal, enquanto alavanca do desenvolvimento rural.

As grandes apostas do Ministério estão focadas na certificação florestal e na realização do cadastro das áreas florestais. Dois pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do sector florestal em Portugal.

A SEFDR tem responsabilidades directas na gestão e aplicação do Fundo Florestal Permanente. Que prioridades estratégicas dará ao novo regulamento?

O novo regulamento do Fundo Florestal Permanente (FFP), visa adequar melhor os apoios a conceder aos objectivos adoptados na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF). Nesse sentido, a minimização dos riscos bióticos e abióticos da floresta portuguesa, a promoção da gestão activa da floresta, a certificação florestal e a investigação constituem as prioridades na mudança do paradigma do FFP.

Quais as medidas que pretende adoptar para tornar mais célere e transparente o financiamento dos projectos?

Dei instruções ao meu gabinete para proceder à revisão dos procedimentos para a simplificação do FFP, dotando-o de maior agilidade por via de um apoio mais efectivo da estrutura técnica da Autoridade Florestal Nacional (AFN) e de maior transparência, designadamente no reporte dos apoios concedidos.

As Zonas de Intervenção Florestal têm sido uma prioridade dos últimos governos. Que balanço faz do trabalho realizado?

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são hoje uma realidade incontornável de uma nova forma de planear e gerir a floresta privada. São cerca de 519.000 hectares de ZIF constituídas, que me permite afirmar que a primeira etapa deste desafio está cumprida.

Algumas entidades florestais disseram, ao jornal “Público” (27 de Julho de 2009), que “o PRODER é desajustado à realidade das ZIF”. Queixaram-se também que “as verbas chegam atrasadas e são insuficientes”. Existem propostas de melhoria para o futuro próximo?

As ZIF, na perspectiva do Ministério, são decisivas para a dinamização do investimento público e privado na floresta. Na minha opinião, as ZIF deverão ser objecto de discriminação positiva nas políticas florestais.

O Grupo de Trabalho criado pelo Sr. Ministro, em Novembro, com o objectivo de agilizar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) está a dar os primeiros frutos. Ao nível das medidas florestais, que estão, de facto, mais atrasadas na sua concretização, contamos com a AFN para encontrar com os parceiros do sector um caminho assertivo para desbloquear o PRODER Florestas. Os Planos de Gestão Florestal (PGF) simplificados são um primeiro exemplo concreto do trabalho que a AFN está a desenvol-

ver com a Autoridade de Gestão do PRODER e que visa eliminar um dos principais constrangimentos identificados para as candidaturas às medidas florestais do Eixo 1 do PRODER.

O que pensa da proposta da Forestis para se constituir um observatório para as ZIF?

Como tive oportunidade de afirmar por ocasião da visita que efectuei no início do ano à ZIF da Associação Florestal do Vale do Sousa, em Penafiel, considero que a concretização dessa proposta poderá dar resposta às necessidades que identificamos de operacionalizar as 109 ZIF já constituídas. Mais do que um observatório das ZIF, este observatório deve abarcar também o acompanhamento do associativismo florestal.

Em que medida considera importante o contributo das Organizações de Produtores Florestais para a execução das políticas sectoriais e para a resolução dos principais constrangimentos da produção florestal?

Ainda bem que me faz essa pergunta, porque eu considero as Organizações de Produtores Florestais (OPF), fruto do conhecimento ímpar que dispõem da realidade do terreno, parceiros privilegiados para a execução da política florestal, nas suas várias vertentes.

O reforço do associativismo florestal é uma prioridade do programa do XVIII Governo Constitucional, que queremos concretizar.

Considera a possibilidade da contratualização plurianual com estas organizações?

O Ministério está a estudar as soluções que melhor permitam concretizar os objectivos da política florestal e simultaneamente, contribuir para uma capacitação técnica sólida das Organizações de Produtores Florestais, designadamente ao nível das suas Federações.

O PRODER vai ter um reforço de 32 milhões de euros em 2010 e o seu ministério quer fazer com que a taxa de execução do programa suba durante este ano. Pensa ser possível recuperar, a curto prazo, do atraso que se tem verificado no sector florestal?

Sim, além disso o Sr. Ministro teve a oportunidade de, recentemente, afirmar na Assembleia da Re-

pública, perante os Senhores Deputados da Comissão de Agricultura que o Ministério da Agricultura inscreveu 140 Milhões de Euros na proposta de Orçamento de Estado com o objectivo de concretizar em 2010 o PRODER. Naturalmente, estamos a desenvolver todos os esforços no Ministério, entre a Autoridade de Gestão do PRODER, a AFN e as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas para também ao nível das medidas florestais, acelerar os processos de análise, aprovação e contratação das candidaturas.

Existem problemas profundos que estão a afectar a sustentabilidade da floresta portuguesa. Um deles é a doença do nemátodo da madeira de pinheiro que tanto prejudica os produtores florestais. Pretende a SEFDR continuar os protocolos de parceria com os produtores?

A fitossanidade florestal e em particular a doença do nemátodo da madeira do pinheiro é uma matéria que o Ministério e a Secretaria de Estado estão a acompanhar de perto, em estreita colaboração com a Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), a AFN e o Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB).

Neste momento a AFN está a proceder a uma avaliação dos protocolos que foram celebrados com as OPF, no âmbito do Programa de Acção Nacional para o Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro. Queremos continuar a envolver as Organizações de Produtores Florestais no processo. Contudo, quanto à forma de o concretizar daremos conta aos parceiros em sede do Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal.

Em termos muito objectivos, qual a contribuição que a SEFDR espera das federações florestais, nomeadamente da Forestis?

Deixe-me esclarecer que o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural já iniciaram um conjunto assinalável de relações activas com as federações florestais. É nosso desígnio estabelecer um diálogo permanente e construtivo com as organizações representativas do sector, em prol do desenvolvimento da fileira florestal.

Contamos com as federações florestais para a revisão, em curso, do código florestal e respectiva regulamentação, para a promoção da gestão activa da floresta e da sua certificação, para a formulação dos seguros florestais e também para a realização do cadastro florestal, entre tantos outros desafios que se colocam à concretização da política florestal em Portugal.

**Para publicar os seus produtos ou serviços,
nesta revista, contacte Joana Bateira:**

j.bateira@forestis.pt



União florestal europeia reuniu-se em Madrid

Em Dezembro de 2009, decorreu, em Madrid, a assembleia geral da União dos Silvicultores do Sul da Europa (USSE).

A reunião, contou com a presença da Forestis, Associação Florestal da Galiza, Federação de Associações Florestais de Castela e Leão, Associação Florestal de Navarra, Associação Florestal de Cantábria.

A assembleia teve como objectivo apresentar o relatório de actividades de 2009, promover a troca

de informações, debater a política florestal europeia e outras acções e prioridades da USSE.

Foram, igualmente, abordadas questões ligadas aos efeitos da crise mundial no sector, aos impactos das doenças de quarentena e catástrofes naturais, assim como outras ligadas ao corte ilegal de árvores e ao papel mitigador das alterações climáticas proporcionado pelas florestas.

Forestis promoveu encontro sobre o Nemátodo

Um encontro sobre o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) foi promovido pela Forestis no passado dia 3 de Fevereiro, em Arganil.

A apresentação dos resultados dos trabalhos realizados em 2009, no âmbito da sensibilização e assistência técnica promovida pela Forestis; das acções de prospecção, erradicação e monitorização desenvolvidas pelas Organizações de Produtores Florestais (OPF); o planeamento das próximas acções e

optimização da articulação entre as entidades envolvidas foram alguns dos objectivos da reunião.

O evento contou com a presença de Paulo Mateus, director nacional da Autoridade Florestal Nacional, Francisco Carvalho Guerra, presidente da direcção da Forestis, Rosário Alves, directora executiva da Forestis e representantes das sete OPF do Movimento Forestis com Protocolo de Prospecção e Erradicação.

Sapadores florestais recebem formação

No âmbito da candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a Forestis está a desenvolver um Curso para Sapadores Florestais. A acção de formação profissional (300h), que terminará no início de 2010, está a decorrer em Pataias, Pedrogão Grande e Pombal, na região Centro.

Encontram-se envolvidas três equipas de sapadores florestais, duas da Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrogão

Grande (APFLOR) e uma da Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré (APFCAN), num total de 15 formandos, cuja formação teórica é complementada com sessões de campo.

Esta acção de formação irá permitir que estes profissionais adquiram a formação e as horas necessárias para serem reconhecidas, validadas e certificadas as suas competências como sapadores florestais pela Agência Nacional para a Qualificação.

Forestis oferece material de educação ambiental

Através da oferta de material de educação ambiental, a Forestis apoiou o Seminário Nacional Eco-Escolas 2009-2010, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), em Coimbra, entre os dias 15 e 17 de Janeiro. O seminário contou com a presença de 500 professores do projecto Eco-Escolas e vários técnicos dos municípios de todo o país. Aos participantes foi oferecido o programa pedagógico "Vamos Passear

na Floresta", que contém uma brochura de conteúdos práticos e um CD-ROM interactivo, composto por um passeio educativo pela floresta e vários jogos.

Este apoio da Forestis insere-se na política de sensibilização e educação ambiental desenvolvida pela associação, no sentido de promover o conhecimento e a valorização das florestas entre os coordenadores e participantes de projectos ligados ao ambiente.

NMP- Nemátodo da Madeira do Pinheiro

Acções de luta contra o Nemátodo



Enquadramento

Em Dezembro de 2008, foi celebrado o protocolo entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN), o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, I.P.) e várias entidades de diferentes âmbitos e escalas de actuação para a prestação de serviços, pelo período de um ano, no âmbito do Plano de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira de Pinheiro (NMP). Estes serviços enquadraram-se em três tipologias estabelecidas de forma a direccionar as acções para as vertentes da Investigação (cinco entidades), da Sensibilização (sete entidades) e da Prospeção e Erradicação do NMP (39 entidades). Neste âmbito, a Forestis foi uma das entidades que desenvolveu trabalho em duas grandes linhas de acção. A primeira relacionada com a Comunicação, Sensibilização e Divulgação com objectivo de informar os proprietários, os técnicos das Organizações de Produtores Florestais (OPF), os agentes do sector e a população em geral sobre o NMP. A segunda linha de acção relacionou-se com a Assistência Técnica às OPF associadas da Forestis que prestaram serviços de prospecção, erradicação e monitorização do NMP, e teve como objectivo apoiar, acompanhar e monitorizar as acções desenvolvidas pelas OPF e agilizar de forma mais eficiente a comuni-

cação entre OPF e AFN, assumindo a Forestis o papel de interlocutor entre as OPF e a AFN.

Comunicação, Sensibilização e Divulgação

A Forestis desenvolveu conteúdos, elaborou e disseminou produtos de carácter informativo, formativo e técnico para diferentes públicos alvo, nos mais variados suportes e meios de comunicação, num espectro territorial alargado ao nível nacional com maior incidência nas zonas de intervenção prioritárias das OPF do Movimento Forestis. Das actividades desenvolvidas destacam-se o planeamento, a concepção e o desenvolvimento de conteúdos próprios e distribuição dos produtos (Fichas Informativas, Fichas Técnicas, material de divulgação), a construção e disponibilização do espaço NMP no site da Forestis, a replicação e distribuição de material campanha nacional da AFN, o balcão informativo aos associados e público em geral, os artigos na revista Notícias Forestis; a realização do seminário nacional “Pinheiro, inovação e criação de valor” e a realização de acções de formação e de demonstração.

Assistência Técnica

Das actividades desenvolvidas pela Forestis no acompanhamento das suas OPF destacam-se a realização de reuniões de trabalho, o apoio à elaboração dos planos de

acção das OPF (componente técnica e financeira), a elaboração e disponibilização de informação geográfica, a normalização e disponibilização às OPF de procedimentos e documentos de registo e controlo, o balcão informativo às OPF, a compilação e análise dos resultados, a análise de pontos críticos e apresentação de propostas de melhoria e reporte à AFN, à Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural (SEFDR) e às OPF.

Prospecção, Erradicação e Monitorização

Entre as entidades que prestaram serviços de Prospecção, Erradicação e Monitorização encontram-se oito associadas da Forestis, a AFCGóis - Associação Florestal do Concelho de Góis, APFCArganil - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil, Aflopinhhal - Associação Florestal do Pinhal, Urze - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, Celflor - Associação de Produtores Florestais, APFCAN - Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré, Capolib - Cooperativa Agrícola de Boticas e Pensar- Associação do Desenvolvimento Integrado de Penacova.

As zonas de intervenção foram definidas pela AFN com base na identificação e localização de focos positivos da existência do NMP e de acordo com a área de intervenção de cada entidade. A cada freguesia foi atribuída uma prioridade de intervenção (alta, média ou baixa) com acções específicas a realizar.

Os trabalhos de Prospecção e Erradicação decorreram entre Fevereiro e Abril de 2009, e entre Outubro e Dezembro de 2009, e englobaram tarefas de marcação de árvores, identificação dos proprietários, eliminação de árvores com diâmetro superior a 10cm e eliminação de sobrantes e pequenos exemplares. Conforme o enquadramento legal, (Portaria 103/2006 de 6 de Fevereiro e Portaria 553-B/2008 de 27 de Junho), os proprietários e/ou gestores das áreas com árvores marcadas estavam obrigados a proceder ao corte das árvores e à eliminação dos sobrantes. No entanto, nos casos em que tal não se verificou, as entidades com protocolo procederam ao corte das árvores marcadas e à sua entrega em unidades industriais autorizadas, sendo as receitas da venda transferidas para o Fundo Florestal Permanente.

A Monitorização realizou-se entre Setembro e Outubro de 2009 e consistiu na colocação de armadilhas para captação de insectos vectores do NMP e posterior envio de amostras para análise pelo Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB).

Workshop de avaliação dos trabalhos

Com vista a efectuar uma análise conjunta sobre o trabalho realizado, com a identificação dos pontos



críticos, sugestões de melhoria e a apresentação de propostas para o futuro foi organizado um Workshop interno sobre o NMP, que decorreu a 3 de Fevereiro de 2010 em Arganil. Este evento contou com as presenças de Paulo Mateus (director nacional da AFN), de António Cardoso (vereador da Câmara Municipal de Arganil), de Marta Vasconcelos (Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa) e de elementos das direcções e equipas técnicas da Forestis e das OPF envolvidas nas acções.

A Forestis e as suas OPF desempenharam um trabalho consolidado assente numa atitude dinâmica e pró-activa em defesa do património florestal nacional e dos interesses dos proprietários florestais, confirmando a sua habilitação para o desenvolvimento de futuras acções neste âmbito.

Foi transmitida à AFN a necessidade de prorrogação dos protocolos com execução financeira não concluída e a necessidade de uma maior participação da AFN no processo, nomeadamente ao nível do acompanhamento e monitorização das acções no terreno.

A centralização da informação num único interlocutor, a Forestis, foi um dos pontos fortes da estrutura de organização e do sucesso das acções, devendo ser reforçada no futuro.

Paulo Mateus referiu que este processo deverá ter uma actuação contínua, não devendo ser interrompido e, após este ano zero, estamos em condições para planear melhor 2010. Informou ainda que se perspectivava a prorrogação dos protocolos sem execução financeira concluída, facto esse que veio a ser confirmado em final de Fevereiro de 2010, e que se aguarda luz verde para a formalização de novos protocolos.

Floresta Portuguesa, que caminho?

por Francisco Silva
Presidente da Direcção da Afloudonorte



A floresta é um bem essencial e imprescindível à vida humana, sendo o seu declínio hoje uma evidência incontestável, com efeitos trágicos ao nível da economia e da sociedade em geral.

A nível ambiental, a redução dos povoamentos florestais diminui a biodiversidade, aumenta a desflorestação com todos os seus efeitos negativos, promove o desaparecimento da fauna e da flora e promove alterações climáticas que já vão sendo sentidas em todo o planeta, com grandes prejuízos materiais e de vidas humanas.

O equilíbrio da floresta depende cada vez mais da intervenção humana, com particular destaque para as políticas governamentais que directa ou indirectamente traçam o destino dos recursos florestais.

Em Portugal, o principal flagelo da floresta são sem dúvida os fogos florestais, que são a consequência nítida de um conjunto de factores que conjugados entre si, resultam em maior ou menor número de incêndios e por consequência desse factor, a existência de mais ou menos floresta.

Perante tal evidência, é fundamental e imprescindível controlar os fogos florestais, no sentido de evitar o desaparecimento da tão desejada floresta. A principal responsabilidade desta acção, recai sem qualquer dúvida nas entidades governamentais res-

ponsáveis pelas políticas de ordenamento e condução dos espaços florestais, sendo nessa óptica que muita legislação tem sido produzida.

Depois de muitos estudos e dinheiro gasto, foi pacífica a conclusão de que seria impensável ordenar a floresta portuguesa, sem que os legítimos “donos” estivessem apoiados e integrados.

Foi nesse sentido e com uma visão estratégica que nos anos 90 foram criadas as Organizações de Produtores Florestais (OPF), com o objectivo claro de ser implantada uma política florestal que permitisse efectivamente chegar aos proprietários florestais privados, detentores de cerca de 93% da área florestal do país.

A estratégia, pensávamos todos nós, passaria por uma acção coordenada, intensificada nas zonas de minifúndio, exercendo uma gestão florestal de forma sustentável e economicamente viável, desempenhando estas organizações um vasto leque de tarefas de consulta, aconselhamento e apoio aos proprietários e produtores florestais.

As OPF têm sido efectivamente nas últimas duas décadas, um elemento essencial para a prossecução de uma política florestal séria e que efectivamente chegou à proximidade do proprietário florestal.

Contudo, com a entrada em vigor do novo quadro comunitário, grande parte das associações florestais lutam com sérias dificuldades ao nível da sua própria sobrevivência,

visto que o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) não contempla apoios directos às OPF.

A falta de apoios concretos dos fundos públicos às OPF faz submergir a necessidade de serem encontradas novas formas de financiamento, que inevitavelmente resvalam para o aumento dos custos dos proprietários florestais.

Fica então a dúvida, será que o actual governo da nação chegou a uma outra conclusão e definiu uma nova estratégia para a floresta Portuguesa?

O certo é que os novos programas de apoio favorecem as entidades públicas em desfavorecimento das entidades privadas, sendo prova disso mesmo, os critérios de prioridade dados aos municípios em 60% do número total das Equipas de Sapadores Florestais (SF), em prejuízo das organizações florestais privadas. Será que as equipas de SF atribuídas às autarquias vão efectivamente exercer a sua acção a tempo inteiro na floresta? Ou terão as autarquias naturais dificuldades que poderão motivar a deslocação deste importante recurso da floresta para as “valetas das estradas” e outras infraestruturais públicas que pouco ou nada se relacionam com a floresta?

Outro facto não menos evidente é o Fundo Florestal Permanente (FFP) que está a ser utilizado para financiar o próprio Estado, contrariando completamente o princípio fundamental que esteve subjacente à sua própria criação. A floresta portuguesa é maioritariamente privada, este fundo deveria ser destinado aos detentores destas áreas.

Ainda no âmbito do PRODER, concluímos que as medidas de apoio e níveis de financiamento aos proprietários e produtores florestais não são adequadas às necessidades dos mesmos. A manterem-se os níveis de financiamento previstos, o número de candidaturas será reduzido ou praticamente nulas, o que levará ao aumento do risco de incêndio, à degradação dos espaços florestais e por consequência a desertificação humana nas regiões mais rurais do país, que são também as mais desfavorecidas.

O Governo da nação, produziu em 2005 o Decreto-Lei nº127/2005, que criou as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), tendo posteriormente promovido alterações ou ajustamentos através do Decreto-Lei nº 15/2009.

Não obstante os referidos diplomas não responderem completamente às reais necessidades das regiões onde predomina o minifúndio, nomeadamente o interior do país, particularmente a região de Trás-



-os-Montes, certo é que os proprietários florestais, atulhados de medidas fracassadas e num estado de iminente falência, aderiram em massa a este novo modelo de gestão florestal.

As associações florestais assumiram neste projecto um destaque indiscutível, sendo estas as responsáveis pela constituição de grande número de ZIF em todo o território nacional, enfrentando um conjunto de dificuldades que só com grande empenho e dedicação das mesmas tem sido possível registar os elevados níveis de adesão.

Sem contundir a importância das ZIF, a verdade é que as dúvidas e indefinições sobre o seu funcionamento são ainda muitas, a burocracia e os atrasos de pagamento dos pedidos de reembolsos às entidades beneficiárias retardam a urgente operacionalidade das mesmas e promovem a descrença e o cepticismo dos proprietários aderentes, colocando seriamente em causa a credibilidade e o bom nome de todos quanto se entregaram a constituição das ZIF neste Estado Português.

Em resumo, não existem verdadeiras políticas que visem dar sustentabilidade às associações florestais portuguesas e consequentemente ao ordenamento da floresta privada portuguesa, antes pelo contrário, estão a ser desmoronados os suportes que anteriormente foram criados e que permitiram o aparecimento e crescimento das OPF.

As OPF não podem depender de subsídios atribuídos discricionariamente pelas autarquias locais ou qualquer outra entidade pública, têm sim que ter um modelo único de financiamento que assente numa avaliação criteriosa do seu funcionamento e em princípios de qualidade de serviço prestado à comunidade.

Resta-nos a esperança que quem de direito neste país, perceba que o caminho não é mesmo este.

vida da forestis

Entidades destinatárias fazem balanço do programa

Nota positiva para a Formação PME-Forestis

Quase três mil horas de consultoria. 1750 horas de formação. 23 entidades destinatárias. Este é o balanço estatístico do Programa Formação PME, de que a Forestis beneficiou entre Novembro de 2008 e Dezembro do ano passado. No entanto, na hora do fecho, a NOTÍCIAS FORESTIS não se contentou com os números e foi à procura das reacções...

Desde 1997, o Programa Formação PME tem apostado na melhoria das qualificações dos dirigentes e colaboradores das pequenas e médias empresas, procurando indicar-lhes o percurso a seguir rumo ao sucesso. Sob o lema “Faz das Pequenas, Grandes Empresas”, diversas entidades, como as abrangidas pela candidatura da Forestis, têm tido acesso a consultoria especializada e a formação em várias áreas, nas suas instalações, sendo estes serviços financiados, na totalidade, pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

“Havia uma vida antes do programa e passou a haver outra depois”, afirma António Borges da ARBOREA - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana, uma das entidades intervencionadas pela Formação PME-Forestis. O que o engenheiro florestal quer dizer é que o balanço do programa é “**francamente positivo**”, uma vez que todas as acções desenvolvidas foram úteis.

Sónia Marques da Associação de Silvicultura do Vale do Ave (ASVA) refere o esforço de organização: “**Somos apenas duas técnicas e tínhamos pouco**



tempo disponível para efectuar as actividades que a Formação PME nos exigia. Trabalhei um bocado sobre pressão”.

“Desenvolvimento de Website”, “Redefinição da Identidade Corporativa” e “Sistema de Avaliação de Desempenho das Equipas de Sapadores Florestais” foram algumas das medidas de consultoria desenvolvidas nas 23 entidades. Segundo a engenheira florestal da ASVA, quer a consultoria, quer a formação foram “**direccionadas para as necessidades da associação**” e tiveram o impacto esperado: “**Todos crescemos muito e tem-nos ajudado no dia-a-dia. Temos posto em prática muitos dos ensinamentos**”. Quem também considera ter sido “**útil**” a participação no programa, pelos “**novos conhecimentos e contactos**”, é Irene Queiroga da empresa Irmãos Silva & Sousa, Lda. “**Algumas áreas foram mais proveitosas do que outras**”, realça, explicando que a formação em “**Higiene e Segurança no Trabalho**”, por exemplo, não acrescentou nada ao que já estavam a aplicar.

Já o sócio-gerente da Paiva & Ferreira, Lda. diz que a Formação PME-Forestis “**correu lindamente**”, embora tenha sido “**muita matéria para tão pouco tempo**”. É que, nomeadamente, a formação em equipamentos florestais não conseguiu abranger todas as máquinas que Abílio Paiva gostaria. Devido ao facto de alguns dos equipamentos florestais serem recentes em Portugal, o empresário gostaria de ter tido um maior número de sessões práticas nesta área.



Forestis leva principais preocupações ao MADRP e SEDRF

A Forestis foi recebida em audiência com o Secretário de Estado das Florestas, Rui Barreiros, num ambiente de diálogo aberto e directo que foi aproveitado para apresentar as principais ambições e preocupações dos proprietários florestais relativas ao sector florestal.

À cabeça da agenda foi transmitida a determinação da Forestis na concretização e aprofundamento da implementação e funcionamento das zonas de intervenção florestal (ZIF) como factor estruturante da competitividade florestal.

Por este facto, e alinhadas com a política florestal nacional, as associadas da Forestis concentraram muito do tem sido a sua actividade, nos últimos 4 anos, na criação destas unidades de gestão suficientemente dimensionadas para permitir obter mais-valias para os proprietários, através do aumento do investimento florestal e, por outro lado, para potenciar e racionalizar a prestação de serviços de apoio técnico aos proprietários, numa lógica de equilíbrio e sustentabilidade económica das próprias organizações.

Esta opção avalizada pelos sucessivos Governos, desde 2005, tem agora que ganhar maior profundidade ao nível dos investimentos nas propriedades florestais dos aderentes. Para isso a Forestis recomendou, a mobilização dos recursos do PRODER com taxas de apoio atractivas para os “proprietários - investidores”, maior agilização na aprovação dos planos de gestão florestal, planos específicos de intervenção florestal, isenção de taxas, sobre pareceres obrigatórios, cobradas por serviços do estado...

Questionada sobre a necessidade de se proceder a alterações legislativas, a Forestis rejeitou qualquer modificação que possa ter por motivação o facilitismo na implementação das ZIF ou o afastamento dos proprietários florestais do processo participativo que deve obrigatoriamente caracterizar estas iniciativas. As Entidades Gestoras da ZIF são entidades que se constituem para servir os proprietários florestais e proporcionarem o aumento de eficiência das suas propriedades e não devem em momento ignorarem ou substituírem usando de prerrogativas decretadas pelo governo ou negligenciando a importância da correcta veiculação de informação aos interessados.

Mais importante contrapõe a Forestis é a criação de um Observatório das ZIF. Este órgão independente poderia com vantagens várias, avaliar os processos em curso e propor medidas de carácter legislativo e todas as outras necessárias para assegurar a evolução sustentável das ZIF e a eficiência dos investimentos públicos nelas aplicados.

O cadastro florestal foi outro dos temas abordados tendo a Forestis proposto a elaboração do cadastro

florestal, através de uma plataforma colaborativa entre o Estado e as Organizações de Proprietários Florestais que estão em situação privilegiada para, num quadro contratual equilibrado, levar a cabo a empreitada com rigor e menores exigências financeiras relativamente a outros modelos que frequentemente redundam em sucessivas subcontratações e, por isso, de gestão mais complexa e dispendiosa.

A certificação da gestão florestal sustentável foi outros dos temas abordados, tendo o secretário de Estado solicitado contributos e transmitido a importância e empenho que seria colocado neste dossiê.

Nesta questão a Forestis fez questão em salientar que a certificação é um processo voluntário de proprietários e, que, na impossibilidade nas zonas de minifúndio de haver certificação individual, devem ser as organizações representativas dos proprietários a liderar os processos, até porque já existem provas dadas no terreno da sua capacidade nesta área. Salientou também que os apoios devem estar dependentes de resultados mensuráveis e que a Autoridade Florestal Nacional tem um papel relevante na cedência de informação pública essencial à concretização das iniciativas, por exemplo, na cedência dos dados do inventário florestal nacional.

A gestão dos Baldios também constou da agenda, nomeadamente, no que se relaciona com sua articulação com a ZIF e a dinamização do investimento nestas áreas. A Forestis informou o Secretário de Estado que as suas associadas foram responsáveis pela elaboração de Planos de Utilização para uma área de 140.000ha, sendo esta uma base importante para sustentar trabalho futuro. No entanto, não deixou de evidenciar o seu descontentamento pelo facto de apesar de ter cumprido escrupulosamente o protocolo estabelecido com AFN e ter entregado o Relatório final em Julho de 2009, se encontrarem por pagar as tranches de 2208 e 2009.

O associativismo florestal foi também abordado pela Forestis, tendo a Forestis adiantado propostas para a instituição de um Contrato Programa entre o Ministério e as Associações Florestais.

Temas como o fundo florestal permanente, PRODER, formação profissional, programa de sapedores florestais ou a erradicação da doença do nemátodo foram também abordados. A este propósito o Secretário de Estado remeteu para mais tarde um posicionamento mais concreto em virtude de estar a promover um processo de análise e avaliação nestas áreas.

Estes temas foram igualmente apresentados, em Janeiro, em Audiência com o Ministro da Agricultura, António Serrano, que transmitiu à Forestis estar a par de todas as preocupações e ideias da Forestis, pois a sua articulação com a Secretário de Estado das Florestas é plena.

Neste sentido, demonstrou total disponibilidade para trabalhar com a Forestis e actuar naquilo que são as suas competências próprias, nomeadamente, ao nível do FFP e PRODER e informou das diligências efectuadas desde do início de funções.

organizações e território

AFEDT – Associação Floresta de Entre Douro e Tâmega

Floresta de sucesso no Tâmega

A Quinta da Teixogueira, localizada no Concelho de Marco de Canaveses, é hoje um espaço florestal constituído por 16ha, onde nove hectares estão arborizados com folhosas (plátano, carvalho, cerejeira brava e liquidamber) e seis hectares ocupados com um povoamento misto de pinheiro-bravo e eucalipto.

Antes dos anos 80, fazia parte de uma propriedade com cerca de 120ha de espaço agrícola. A transformação para espaço florestal ocorreu nos anos 80, quando da posse do actual proprietário e através de apoios comunitários para a arborização. Numa altura em que a mão-de-obra era escassa, a arborização era a melhor solução.

A Quinta tem como objectivos a produção de madeira de qualidade e ser um espaço de excelência para o lazer, cujos beneficiários são não só a família proprietária mas também a comunidade. Pelo que, acolhe anualmente desde 2004, um acampamento de escuteiros de vários concelhos.

Estas actividades, sem lucro directo para a proprietária, são de grande interesse para a população local pelo contacto que proporcionam com a natureza. Além destas funções, esta propriedade acolhe 30 col-



meias, com produção de mel de cerca de 800 kg/ano.

A proprietária, Maria Fernanda Araújo, refere **“com a minha gestão contribuo para a valorização e promoção das funções mais nobres da floresta, tanto as ambientais como as sociais.”**, valores que procura estabelecer de forma discreta.

As suas principais preocupações são os incêndios florestais e o abate de árvores. Nesta última, considera a ausência de profissionalismo o factor principal para as más práticas. Exemplo disso é a destruição de caminhos florestais e a inexistência do tratamento dos resíduos de exploração.

Aflodounorte - Associação Florestal do Vale do Douro Norte

Conversa com Manuel Maria - Doze anos ligados à Aflodounorte

Como sócio fundador da Aflodounorte, e um defensor da floresta e do mundo rural, não poderia deixar de dar o meu testemunho relativamente às experiências vividas durante estes anos.

Em 1997, juntamente com outros proprietários constituímos a associação. Conscientes de que sem o seu apoio a gestão das nossas propriedades florestais, que são de pequena dimensão, seria muito difícil, devido à falta de conhecimento de gestão florestal e à dificuldade em gerir as candidaturas que são extremamente burocráticas.

Assim, em 1999, com o apoio técnico da Aflodounorte, apresentei uma candidatura ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas para a florestação de 6,80ha de terras agrícolas, para as minhas propriedades situadas no concelho de Murça, onde a actividade agrícola tem diminuído. Penso que na altura tomei a decisão certa e hoje arrependo-me não ter arborizado outros espaços.



Na gestão destas áreas florestais tenho tido o apoio técnico da associação, principalmente na gestão e condução dos povoamentos. Ao longo destes anos, também frequentei algumas acções de formação promovidas pela Forestis, que enriqueceram os meus conhecimentos e ajudaram-me na gestão das propriedades florestais.

Actualmente, sinto que os apoios não são aliciantes e as dificuldades na apresentação de candidaturas são maiores. A floresta tem que continuar a ser apoiada como nos últimos anos, caso contrário, o meio rural ficará cada vez mais abandonado e entregue aos incêndios florestais.

AGUIARFLORESTA - Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar

Testemunho do produtor florestal e apicultor - Nuno Pinheiro

Enquanto proprietário, penso que a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Valoura, constituída em Setembro do ano passado, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, tem inúmeras vantagens para a actividade florestal dos 1398,5 hectares abrangidos e das áreas limítrofes:

- passa a haver um melhor conhecimento e cadastro da área florestal abrangida, no que respeita à distribuição de espécies, topologia dos terrenos, acessos e vias de comunicação florestal;
- permite a criação de uma parcela florestal contínua de razoável dimensão, que possibilita a definição de um plano de ordenamento florestal consistente e efectivo;
- facilita a candidatura a fundos de financiamento para acções de índole colectiva ou particular dos intervenientes abrangidos pela ZIF;
- faculta a criação de sistemas efectivos de responsabilização dos proprietários pelo abandono ou desleixo da exploração das respectivas parcelas florestais.

A criação de uma ZIF pode, contudo, esbarrar na desconfiança de alguns produtores florestais, principalmente aqueles de idade avançada e baixo nível de escolaridade, que poderão sentir alguma relutância em aceitar algumas das imposições que um sistema de ordenamento como este pode implicar.

Zona Controlada Apícola

No que diz respeito à Zona Controlada (ZC), criada em Junho do ano passado pela Aguiarfloresta, considero que esta tem muitas vantagens para a actividade apícola de Vila Pouca de Aguiar e dos concelhos limítrofes aderentes, pelas seguintes razões:

- aumento do conhecimento e cadastro das pragas e doenças apícolas que ocorrem nos apiários da ZC;
- há uma luta mais coordenada no combate às pragas (como, por exemplo, a varroa) e a outras doenças que afectam, normalmente, os apiários;
- existe uma maior responsabilização dos apicultores nas questões de controlo sanitário dos apiários e na manutenção de registos de ocorrências;



- passa a haver um maior controlo nas entradas e saídas de material vivo, pela prática de transumância ou comercialização de enxames ou rainhas;
- permite aceder a apoios do programa apícola nacional, que cada vez mais ficam restringidos às ZC, com particular importância para a distribuição gratuita de um dos tratamentos para a varroa;
- possibilita a candidatura ao financiamento de acções de formação e a aquisição de bens de uso colectivo.

A criação de uma ZC poderá, no entanto, levantar alguns problemas a apicultores de idade mais elevada e baixo nível de escolaridade, os quais poderão ser levados a abandonar a actividade por dificuldades de adaptação a um sistema que implique um maior autocontrolo e a exigência de manter registos actualizados.

organizações e território

URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

Valorização da Floresta da Encosta da Serra da Estrela

A URZE elaborou durante o terceiro Quadro Comunitário de Apoio 172 projectos de arborização e beneficiação. Além destes, foram, também elaborados cerca de duas dezenas que não foram objecto de candidatura a apoio financeiro. Esta actividade constituiu sempre uma mais-valia para a associação, por ser uma carência dos proprietários e da região e porque as empresas privadas não estavam aptas a trabalhar em áreas tão pequenas.

Vários foram os projectos que constituem casos de sucesso, de entre as quase duas centenas de projectos, mas existem alguns que merecem especial destaque. Como é o caso do projecto do Sr. Graciano Nogueira Cabral que apresentou uma candidatura para financiamento e, passados meses, recebeu a fatídica carta que lhe comunicava que, por falta de dotação orçamental, o projecto tinha sido recusado. Mesmo assim o proprietário avançou com a florestação da propriedade no concelho de Seia. Quando questionado acerca desta decisão e das motivações o Sr. Graciano respondeu **“sou proprietário de uma área que era agrícola e de difícil gestão, devido ao seu tamanho e à minha falta de tempo. Florestar é uma forma de evitar o abandono da terra e contribuir para a melhoria do ambiente. Avançar sem esperar por um novo programa de apoios pareceu-me a melhor decisão pois não antevia um prazo razoável para as novas candidaturas, e a incerteza dos apoios pairava. Se pudesse voltar a trás não teria esperado pelo projecto inicial teria florestado logo que iniciei o processo, visto que a espera foi uma perda de tempo no crescimento das árvores”**.

A propriedade fica inserida num projecto de Zona de Intervenção Florestal (ZIF), dinamizado pela URZE (ZIF Seia Norte) sobre o qual refere **“acredito nas ZIF, até porque penso que só com a união dos proprietários florestais, devidamente apoiado por bons técnicos, se poderá fazer algum progresso em relação à floresta em Portugal”**.

Realidade diferente no que diz respeito à obtenção de financiamentos para a florestação foi a do pro-



jecto do Sr. António Amaral, do concelho de Gouveia, que viu o seu projecto Agro aprovado e sobre o qual refere **“decidi avançar com um projecto porque já tinha feito outras florestações a expensas próprias e pareceu-me que seria uma forma de poupar algum dinheiro. Estou satisfeito com o resultado mas, se tivesse que decidir agora, teria feito como estava habituado. Fazia o trabalho na medida das minhas possibilidades e não ficava sujeito a tanta papelada”**. O Sr. Amaral considera que a criação da ZIF Aljão/Mondego constitui uma grande vantagem para os proprietários pois **“a união faz a força”** mas, apresenta-se também muito receoso face ao que conhece dos apoios públicos uma vez que a este respeito indicou **“espero que com a ZIF não seja preciso tanta papelada e se consiga gastar mais tempo a fazer um bom trabalho do que a preencher papeis. Existem muitas áreas estão completamente inacessíveis e se com as ZIF não recuperarmos estes territórios, nunca mais lá chegaremos”**.

Tal como estes associados e aderentes das ZIF, também a URZE acredita nos projectos ZIF e por isso dinamiza 12 projectos de ZIF, sendo que 10 (Alfátima, Gouveia Este, Aljão/Mondego, Farvão, Pedra Orca, Serapitel, Sra. Espinheiro, Sra. Desterro, Malhão e Sra. do Socorro) se encontram já publicados em portaria e despacho.

**Para publicar os seus produtos ou serviços,
nesta revista, contacte Joana Bateira:**

j.bateira@forestis.pt



2 Nemátodo

PROGRAMA DE ACÇÃO NACIONAL



Programa de Acção Nacional

O Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira de Pinheiro (NMP) estabelece um conjunto de medidas cuja concretização e

desenvolvimento são da competência do presidente da Autoridade Florestal Nacional (AFN).

Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal (CCFF)

O CCFF tem carácter consultivo e foi criado de forma a permitir a articulação entre todas as entidades interessadas no Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro. O CCFF é presidido pela Secretária de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural.

Composição

O CCFF é composto por 21 entidades ligadas à produção florestal (Confederações e Federações do sector agrícola e florestal), à investigação (Universidades), à indústria (associações industriais), aos serviços e pelas várias entidades públicas com responsabilidade nas florestas, recursos naturais e território.

Principais competências

- Apoiar consultivamente o membro do governo com a tutela das florestas;
- Proceder à articulação entre todas as entidades envolvidas no Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro;
- Propor medidas concretas de implementação do referido Programa de Acção Nacional;
- Produzir pareceres sobre questões que possam ser suscitadas no âmbito do Programa de Acção Nacional.



As medidas previstas estão divididas em 4 eixos

- Medidas fitossanitárias e de apoio à investigação científica;
- Medidas de extensão florestal;
- Medidas de apoio à indústria;
- Medidas de apoio aos proprietários e produtores florestais.

A implementação e operacionalização das medidas previstas no Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro compete à Autoridade Florestal Nacional (AFN), que tem vindo a solicitar o apoio das Organizações de Produtores Florestais entre outras entidades.



Apoios para a luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro

 A principal linha de apoio prevista no ProDeR para a luta contra o NMP está contemplada no subprograma Sustentabilidade do Espaço Rural.

ProDeR	Tipologia de Projecto	Despesas Elegíveis
<p>Sub-programa 2 Sustentabilidade do Espaço Rural</p> <p>Medida 2.3 Gestão do espaço florestal e agro-florestal</p> <p>Acção / Sub acção 2.3.3 Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos</p>	<p>Controlo de nemátodo da madeira do pinheiro, em áreas definidas pela AFN.</p>	<p>Erradicação de árvores infestadas com nemátodo da madeira do pinheiro que apresentam sintomas de declínio;</p> <p>Acções de reconversão florestal em áreas consideradas críticas e definidas pela AFN;</p> <p>Tratamentos fitossanitários, de silvicultura preventiva e químicos;</p> <p>Monitorização da eficácia dos meios de controlo;</p> <p>Podas de renovação;</p> <p>Adensamentos;</p> <p>Análises laboratoriais;</p> <p>Tratamentos químicos;</p> <p>Elaboração e acompanhamento da execução do projecto.</p>

Outra informação

- Autoridade Florestal Nacional - AFN (www.afn.min-agricultura.pt/portal)
- Forestis - Página sobre o Nemátodo (www.forestis.pt/pagina,115,115.aspx)
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - MADRP (<http://portal.min-agricultura.pt>)
- Programa de Desenvolvimento Rural - ProDeR (www.proder.pt)
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - IFAP (www.ifap.min-agricultura.pt)



www.forestis.pt



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente.



contactos

Nome	Morada	Telefone
Afacc - Assoc. Fl. e Amb. do Concelho de Chaves	Rua Alferes João Baptista, Ed. Nova Era - Bl. 5 - Loja 6 5400 - 317 Chaves	276 326 702
Aflopínhal - Assoc. Fl. Pinhal	Rua João Cunha Marques, n.º14 - Lj D Apt. 74 3200-151 Lousã	239 991 563
AFRP - Assoc. Fl. de Ribeira de Pena	Casa da Torre - Cerva 4870 - 042 Ribeira de Pena	259 470 855
Agriarbol - Assoc. Prod. Agro Fl. T. Quente	Av. Infante D. Henrique, Ed. Translande, 2.º s/12 - Apt 165 5340 - 204 Macedo de Cavaleiros	278 421 698
Aguiarfloresta - Assoc. Fl. e Amb. de Vila Pouca de Aguiar	Central de Camionagem, loja 4 5450 - 056 Vila Pouca de Aguiar	259 417 634
Apfam - Assoc. Prod. Fl. de Alvóelos e Muradal	Rua Campo de Futebol - Apt. 9 6160 - 300 Oleiros	272 682 380
Apfcán - Assoc. Prod. Fl. do Concelho de Alcobaça e Nazaré	Complexo de Serviços Públicos, Largo do Cruzeiro 2445 - 261 Pataias	244 580 961
Apflor - Assoc. Prod. e Prop. Fl. C. Pedrogão Gr.	Largo da Devesa 3270 - 101 Pedrogão Grande	236 488 837
Arborea - Assoc. Fl. Terra Fria Transmontana	Ed. da Casa do Povo, Largo do Toural 5320 - 311 Vinhais	273 770 070
Asflobar - Assoc. Prod. Fl. do Barroso	Rua General Humberto Delgado, 340 - R/ch 5470-247 Montalegre	276 511 501
Assoc. Fl. de Entre Douro e Vouga	Av. das Escolas, n.º 1 - 1.º Dt. - Apt. 148 4544-909 Arouca	256 949 041
Assoc. Fl. do Baixo Vouga	Centro Coordenador de Transportes, Loja 7 3850 - 022 Albergaria-a-Velha	234 524 056
Assoc. Fl. do Cávado	Campo das Carvalheiras, 1 4700 - 419 Braga	253 218 713
Assoc. Fl. do Lima	Lugar do Poço de Cabaços, Lt.1 - R/c - Feitosa 4990 - 344 Ponte de Lima	258 944 103
Assoc. Fl. do Vale do Douro Norte	Casa Florestal de Mascanho - Carvas 5090-077 Murça	259 518 430
Assoc. Fl. do Vale do Sousa	Largo da Devesa (Ed. Coop. Agrícola) 4560-496 Penafiel	255 213 420
Assoc. Fl. Entre Douro e Tâmega	Rua António Araújo Valente, n.º 75 R/c - Tuíias 4630 236 Marco de Canavezes	255 523 556
Assoc. Fl.e Concelho de Góis	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, Edifício BNU - 2.º Dt. 3330 - 316 Góis	235 778 828
Assoc. Prod. Fl. do Vale do Minho	Av. da Estação - Ed. Chave d'Ouro - 2.º Dt. Tras 4950 - 456 Monção	251 654 096
Assoc. Silv. Vale do Ave	FJJE - R. do Infante, 307, Ed. Terraços do Infante, Bl. E 4785 - 185 Trofa	252 400 996
Capolib - Coop. Agric. de Boticas	Avenida do Eiró 5460-320 Boticas	276 418 170
Cedrus - Assoc. Prod. Fl. de Viseu	Rua do Arrabalde, Lt. 1, Lj. B 3500 - 084 Viseu	232 432 559
Celflor - Assoc. Produtores Florestais	Av. Bombeiros Voluntários, n.º 20 6360 - 344 Celorico da Beira	271 747 450
Coop. Silvo-Agro-Pec. Vila Nova do Ceira	Largo da Igreja 3330-460 Vila Nova do Ceira	235 770 170
Portucalea - Assoc. Fl. do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, n.º 134 - 1.º Esq. Tras 4420 - 086 Gondomar	224 631 866
Ribaflor - Assoc. Fl. Terras Ribadouro	Rua Macário de Castro, 40 - 1.º 5100-149 Lamego	254 619 440
Urze - Assoc. Fl. Encosta da Serra da Estrela	Rua Cidade da Guarda, Ed. Estação de Camionagem, R/c 6290 - 511 Gouveia	238 498 160
VerdeLafões - Assoc. Prod. Florestais	Centro Coordenador de Transportes 3670 - 000 Vouzela	232 772 018
Assoc. Prod. Fl. Concelho de Arganil	Av.ª José Augusto de Carvalho 3300 - 014 Arganil	235 208 257
Assoc. Cons. Dir. Baldios de Mondim de Basto	Vilar de Viando 4880- 212 Mondim de Basto	
PENSAR - Assoc. Desenv.Integrado de Penacova	Parque Industrial da Espinheira, Sala 7 3360-287 Sazes do Lorzão	239 474 855

Lute contra o Nemátodo

Fique alerta.
Fale com
quem sabe.

ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS. AS SUAS PARCEIRAS NESTA LUTA. INFORME-SE:

- Se deve ou não intervir no seu pinhal.
- Se está ou não numa área afectada.
- Como deve ser efectuado o corte e o tratamento do material.
- Como deve ser efectuado o transporte e quais os locais autorizados.
- Qual a legislação em vigor.

AME O VERDE, AME A VIDA.

Proteja a floresta.

A floresta é um espaço de primordial importância para a manutenção dos valores naturais e para a melhoria da qualidade de vida do ser humano. Para que tal continue na perfeição é fundamental o contributo de todos nós. Basta estar atento para aprender o que se pode fazer por uma floresta melhor.